

Resenhas

NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*. São Paulo: Contexto, 2003.

Alyne Alves Vieira*

O livro *Que gramática estudar na escola? Norma e uso na Língua Portuguesa*¹, escrito por Maria Helena de Moura Neves, está voltado para os professores ou futuros professores de Língua Portuguesa, discutindo e apresentando propostas para um tratamento escolar mais científico das atividades de linguagem. Baseia-se na necessidade de uma gramática que não priorize uma taxonomia e elenco de funções, mas que esteja ligada ao uso efetivo da língua, contemplando o convívio de variantes no uso linguístico, incluindo a norma tradicionalmente considerada padrão.

A autora preocupa-se com a constituição de um material de referência – teórico e prático –, sob a consideração de ser em interação que se usa a linguagem, que se produzem textos, estando em foco a construção do sentido. Para tal, rejeita a tensão entre certo e errado; e requer um tratamento escolar que reflita sobre as tensões entre uso e norma padrão, entre modalidade falada e escrita de língua, entre descrição e prescrição.

Como ponto de partida, coloca reflexões sobre três temas básicos: língua, norma e padrão. Enfatiza a necessidade de que a língua não seja entendida como um sistema uno, uma vez que se faz ilegítimo desconsiderar as variantes linguísticas e a interferência mútua dessas variantes. Então, aponta padrões linguísticos formulados fora da observação dos usos como padrões irrealis, questionando a língua-padrão estabelecida pelas regras dos manuais tradicionais, indicadas pela linguagem literária, especificamente pelas construções dos escritores bem avaliados. Daí procura demonstrar as contradições emergentes do trabalho com a norma padrão, que causam o questionamento de alguns docentes e a incompreensão de discentes – como, por exemplo, os pleonasmos, concordâncias ideológicas, anacolutos, e outros aceitos na pena dos bons escritores, porém renegados na fala e escrita dos alunos. Ao se referir à norma, atenta para os valores socioculturais que estão atrelados às formas linguísticas, abominando o trabalho escolar com a língua pátria que admita o preconceito e sustente a valoração de alguma variante.

Neste livro, a pesquisadora traz mitos e conflitos no tratamento gramatical. Reflete sobre a gramática desde a época da instituição da disciplina gramatical ocidental à disciplina gramatical na atualidade, a qual recebe influências do desenvolvimento da Linguística (em termos mais exatos, da Sociolinguística e da Análise da Conversação). Sugere uma gramática escolar cuja fonte de autoridade não esteja vinculada apenas a um determinado grupo, mas seja cientificamente conduzida, reconhecendo que a criança domina o padrão coloquial de seu grupo e que o ambiente escolar precisa se realizar como espaço onde a criança terá suporte para adquirir conhecimentos, os quais lhe possibilitarão adequação sociocultural de enunciados, nas diversas situações de interação.

Dessa forma, Maria Helena de Moura Neves insere propostas que visam à eficiência comunicativa e o desenvolvimento linguístico, trazendo para a sala de aula todas as modalidades de língua, pois não acredita que estudar o

* Graduada em Letras pela UFJF. Especialista em Língua Portuguesa pelo Instituto Prominas. Bolsista do EJA do C. A. João XXIII. alyvieira@yahoo.com.br

quadro de entidades e as definições oferecidas pelos manuais normativos fará com que os alunos passem, simplesmente por isso, a falar ou escrever melhor. Pontua o fato de a competência linguística do falante se estender à organização das peças de interação – seja em textos continuados, seja em peças produzidas em coautoria –, fazendo-nos concluir que, para ensinar a variedade padrão, precisamos trabalhar na sala de aula a gramática através de textos completos, realizando correlações com os respectivos contextos, observando os recursos linguísticos para cada um alcançar sua intenção.

Neves afirma que o domínio efetivo e ativo de uma língua excede de maneira irreparável o domínio de qualquer das terminologias hoje disponíveis para sua descrição. Com fins comprobatórios, a autora trabalha com alguns enunciados², dos quais destacamos: *Paris eu fico na casa de um amigo.* / AINDA QUE MAL COMPARANDO, o selecionado de 1958 era uma espécie de Senado do futebol brasileiro. De acordo com a autora, se frases como a primeira aparecessem (o que ocorreria nos livros didáticos mais modernos), seria para carimbar o registro no qual ocorrem (“linguagem popular”, “língua falada”), o que ela explica não ser noção gramatical, mas apenas indicação sociocultural. E se frases como a segunda aparecessem, perturbariam enormemente os quadros gramaticais disponíveis, contrariando lições que ninguém admite que possam desmentir-se, como: oração de gerúndio dada sempre como oração reduzida se constrói sem conjunção.

Em outro dos muitos tópicos do livro, coloca para reflexão a questão de não existir uma tradição de ensino de língua falada. Conta que em determinado período, após o desenvolvimento da Teoria da Comunicação, os livros didáticos foram dominados por histórias em quadrinhos: quanto mais popular e informal a linguagem dos balões, mais abrigo se lhes dava. Muitas vezes, olhando esses livros, ela se perguntava o que faria uma criança à escola se o exercício de linguagem

que lhe era oferecido nada mais fazia do que registrar graficamente sequências típicas de produção oral que, portanto, constituíam-se como produtos linguísticos que não eram nem de língua falada (porque eram escritos) nem de língua escrita (porque eram apenas registros de conversações orais).

Contudo, sabemos que falta nas escolas, ao contrário do que recomenda Neves, uma vivência da língua em uso, nas suas atividades essenciais – falar, ler e escrever –, e temos igual conhecimento da visão dicotômica entre língua falada e língua escrita, da qual compartilham certo número de professores e instituições educacionais. Neves, com base em Marcuschi (1997; 2000), aconselha a substituição das dicotomias por um contínuo tipológico. E o que propõe não é apenas a resolução num contínuo, mas ainda a interação de um contínuo com o outro (NEVES, 2006, p. 90).

Outro apontamento da autora é a ausência de condicionamento natural na produção escrita escolar, propõe-se ao aluno escrever sobre assuntos que não lhe dizem respeito, que não são considerados por ele, e sim pelo professor; e, como agravante, não há uma situação de interlocução, uma vez que o aluno não sabe com quem está “falando”, nem por que está “falando” e para que está “falando”.

Neves prossegue expondo outro ângulo da questão a ser avaliado: nas escolas, existe uma ruptura impeditiva de bom desempenho. Na história de vida (até entrar na escola), uma criança tem sempre a atividade oral de linguagem – a linguagem falada é natural e essencial na vida de cada um, há a idade biológica de falar, como há aquela de sugar o leite. Assim, através de perguntas retóricas, Neves demonstra ser a favor de que a criança escreva como fala no início de sua atividade de produção de texto; para a autora essa é uma boa evidência de que a criança sente-se interagindo linguisticamente com o seu destinatário.

Dessa forma, a cada novo tópico introduzido, compreendemos que a gramática de uma língua pode

ser vista como um sistema de princípios que organiza os enunciados, pelo qual os falantes nativos de uma língua se comunicam nas diversas situações de uso. Somos levados a reconhecer que os recursos de organização na interação serão diferentemente aproveitados; conforme a modalidade em uso, importará a adequabilidade e a eficiência comunicativa. E, a partir desse reconhecimento, o professor promoverá a reflexão e o consequente domínio dos recursos linguísticos, como por exemplo: a especificidade de anáforas e elipses para recuperações de sentido na arquitetura do texto escrito; em contrapartida, a especificidade das catáforas e outras sinalizações “para frente”, para monitorar o andamento oral da elocução, projetar configurações de sentido, pontuar a cadeia que se sucede no desenvolver do tempo.

Portanto, a autora lamenta ver o estudo da gramática como algo penoso ou detestado. Alerta que, se nos contentarmos com recortes facilitadores, bloquearmos o bom uso linguístico e mutilaremos o cumprimento das funções comunicativas que a linguagem tem de atingir. A fim de evitar o estudo da língua portuguesa como instrumento de castração, oferece-nos amostras para refletirmos sobre a possibilidade de um trabalho junto aos alunos, de compreensão de situações problemáticas na interação, mostrando-nos aspectos interessantes como o papel da metáfora na conversação de todos os dias, o papel dos interlocutores e suas dificuldades, o papel dos processos cognitivos no sucesso de uma interlocução e outros pontos importantes para uma desejável atuação da escola e dos alunos.

NOTAS

- 1 Livro publicado em 2003, com base na experiência acumulada em pesquisas anteriores.
- 2 Essa questão foi tratada nas páginas 81 a 85 do livro *Que gramática estudar na escola?*, onde também encontramos outros enunciados.

REFERÊNCIAS

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. Concepção de língua falada nos manuais de português de 1º e 2º graus: uma visão crítica. *Trabalhos de Linguística Aplicada*, n° 30, p. 39-79, 1997.
- NEVES, Maria Helena de Moura. *Que gramática estudar na escola?* Norma e uso na Língua Portuguesa. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2006.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

Enviado em 06 de junho de 2008

Aprovado em 15 de setembro de 2008

